



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008984-14.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente**
 Requerente: **Sylvie Ribeiro Biazon Lopes**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

SYLVIE RIBEIRO BIAZON LOPES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Instituto Nacional do Seguro Social - Inss, também qualificado, alegando tenha sofrido acidente do trabalho, lesionando com gravidade a coluna lombar da qual teria restado limitação de sua capacidade de trabalho, de modo que postula a fixação do auxílio-acidente no equivalente a 50% de sua renda mensal ou aposentadoria por invalidez.

O réu contestou o pedido alegando que não foram preenchidos o requisitos para a concessão do benefício, conforme preceitua a Lei nº 8.213/91, sendo que é ônus da autora comprovar tais requisitos, além do que, os arts. 42, §2º e 59 da referida lei, vedam a concessão de qualquer benefício por incapacidade em casos de preexistência, de modo a concluir pela improcedência da ação e, em caso de procedência, seja observada a prescrição quinquenal e, com relação à sucumbência, seja observada a Súmula 111 do STJ.

O processo foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual somente a autora se manifestou.

É o relatório.

DECIDO.

A autora postula a aposentadoria por invalidez ou, subsidiariamente, fixação do auxílio-acidente no equivalente a 50% de sua renda mensal, mas o laudo pericial médico apontou que, embora exista incapacidade para o trabalho, a doença que acomete a autora não tem relação com o acidente ocorrido que, aliás, sequer foi descrito na inicial.

O laudo informa que a autora sofreu uma queda do ônibus, em 05/06/2017, sofrendo trauma na coluna lombar, ficando afastada de suas atividades em gozo de auxílio-doença acidentário (fls. 118).

Contudo, pelos exames trazidos quando da realização da perícia, mais especificamente uma ressonância magnética de coluna lombar, datado de 28/06/2017, foi verificado pelo perito que a patologia não está vinculada ao trauma sofrido pelo acidente ocorrido, tratando-se de patologia degenerativa.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, embora o laudo tenha concluído que há incapacidade da autora, essa incapacidade não é de cunho infortunistico, de modo que a autora poderá, querendo, ajuizar ação previdenciária perante a Justiça Federal.

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 04 de outubro de 2018.

VILSON PALARO JUNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**